CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EMOTIVA: UMA LEITURA DO HUMANISMO INTERCULTURAL DE JÖRN RÜSEN EM DIÁLOGO COM MARTHA NUSSBAUM[1]

Edson Silva de Lima[2]

Resumo: Este artigo investiga em que medida a incorporação da dimensão emocional da consciência histórica pode ampliar o humanismo intercultural formulado por Jörn Rüsen. Parte-se da hipótese de que, embora sua teoria represente uma importante revisão crítica do humanismo moderno, a dimensão emocional permanece insuficientemente elaborada em sua concepção de consciência histórica. O objetivo é propor o conceito de consciência histórica emotiva por meio de um diálogo entre a teoria da história de Jörn Rüsen e a filosofia das emoções de Martha Nussbaum. A análise desenvolve-se a partir de uma leitura suplementar, em sentido derridiano, organizada em torno de cinco eixos: humanismo, razão e emoções, consciência histórica, alteridade e reconhecimento, e formação humana. Argumenta-se que a filosofia das emoções de Nussbaum permite ampliar a teoria da consciência histórica ao compreender as emoções como elementos constitutivos da produção de sentido histórico. Conclui-se que a consciência histórica emotiva integra cognição, julgamentos avaliativos e orientação prática, oferecendo uma ampliação teórica do humanismo intercultural e contribuindo para os debates da Teoria da História e da Didática da História.

Palavras-chave: Consciência histórica emotiva; Consciência histórica; Humanismo intercultural; Jörn Rüsen; Martha Nussbaum.

Resumen: This essay investigates the extent to which incorporating the emotional dimension of historical consciousness can expand the concept of intercultural humanism formulated by Jörn Rüsen. It starts from the hypothesis that, although Rüsen's theory represents a significant critical revision of modern humanism, the emotional dimension remains insufficiently developed within his conception of historical consciousness. The article proposes the concept of emotive historical consciousness through a dialogue between Rüsen's theory of history and Martha Nussbaum's philosophy of emotions. The analysis is based on a supplementary reading, in the Derridean sense, structured around five analytical axes: humanism, reason and emotions, historical consciousness, alterity and recognition, and human formation. The corpus comprises Rüsen's major works on historical consciousness and intercultural humanism, together with Nussbaum's writings on the philosophy of emotions. It is argued that Nussbaum's philosophy makes it possible to broaden the theory of historical consciousness by understanding emotions as constitutive elements of historical meaning-making. The essay concludes that emotive historical consciousness integrates cognition, evaluative judgments, and practical orientation, thereby expanding the theoretical scope of intercultural humanism and contributing to contemporary debates in Theory of History and History Education.

Palabras clave: Emotive historical consciousness; Historical consciousness; Intercultural humanism; Jörn Rüsen; Martha Nussbaum.

[1] Este artigo é fruto do estágio pós-doutoral realizando na UERJ/FFP sob supervisão da profa. Dra. Sônia Wanderley (2023-2025). Agradeço a CAPES pela bolsa no período de desenvolvimento desta pesquisa.
[2] Professor adjunto de Teorias e Práticas do Ensino e da Pesquisa em História da Universidade Estadual de Goiás. http://lattes.cnpq.br/8450776305584305; ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7903-434X; edson.lima@ueg.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo investiga em que medida a incorporação da dimensão emocional da consciência histórica pode tensionar e ampliar o humanismo intercultural formulado por Jörn Rüsen. Parte-se da hipótese de que, embora sua teoria represente uma importante revisão do humanismo moderno diante dos desafios interculturais contemporâneos, a dimensão emocional permanece insuficientemente elaborada em sua concepção de consciência histórica, limitando sua capacidade de compreender experiências históricas marcadas pela violência, pela desumanização e pela negação do reconhecimento. O objetivo do artigo consiste em demonstrar como o diálogo entre a teoria da história de Jörn Rüsen e a filosofia das emoções de Martha Nussbaum possibilita a formulação do conceito de consciência histórica emotiva, entendido como uma ampliação crítica da consciência histórica mediante a integração constitutiva entre cognição, emoção e orientação prática.

O corpus teórico é constituído, no que se refere à obra de Jörn Rüsen, por *Razão Histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*(2001), *Formando a consciência histórica: por uma didática humanista da história*(2012), *Em direção a uma nova ideia de humanidade: unidade e diferença de culturas nos encontros de nosso tempo*(2012) e *Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning*(2008). De Martha Nussbaum, mobilizam-se principalmente *Poetic Justice*(1995), *Cultivating Humanity*(1997), *Upheavals of Thought*(2001) e *Paisajes del pensamiento*(2008), por concentrarem suas reflexões sobre emoções, formação humanística e imaginação ética. A escolha dessas obras decorre do fato de reunirem os principais fundamentos conceituais acerca da consciência histórica, do humanismo intercultural e da teoria cognitivo-avaliativa das emoções.

O diálogo entre Rüsen e Nussbaum desenvolve-se a partir de cinco eixos: (1) a concepção de humanismo; (2) a relação entre razão e emoções; (3) a compreensão da consciência histórica; (4) as noções de alteridade e reconhecimento; e (5) a formação humana. Esses eixos orientam uma leitura suplementar, em sentido derridiano (2017), e não uma comparação simétrica entre autores. A filosofia das emoções de Martha Nussbaum é mobilizada para explicitar, tensionar e ampliar aspectos da teoria da consciência histórica de Rüsen que permanecem pouco desenvolvidos, particularmente aqueles relacionados ao papel constitutivo das emoções na produção de sentido histórico.

É nesse horizonte que o assassinato do jovem congolês *Moïse Kabagambe,* em 2022, constitui o ponto de partida desta reflexão[3]. Espancado até a morte após reivindicar o pagamento de dois dias de trabalho em um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, Moïse tornou-se símbolo das múltiplas formas de violência que atravessam o presente, evidenciando como racismo, xenofobia, exploração do trabalho e desumanização continuam a desafiar qualquer projeto de humanismo comprometido com o reconhecimento da dignidade humana. Mais do que um acontecimento isolado, sua morte evidencia a necessidade de compreender como as emoções participam da interpretação da experiência histórica, da constituição dos juízos morais e da orientação para a ação diante de situações de injustiça.

Nessa perspectiva, as emoções não são compreendidas como reações subjetivas ou irracionais, mas como elementos constitutivos da consciência histórica. Elas interferem na seleção das experiências consideradas relevantes, na atribuição de significado ao passado, na construção das narrativas históricas e na orientação prática dos sujeitos no presente. É precisamente nesse sentido que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva, concebido como uma ampliação da teoria rüseniana capaz de integrar, de maneira sistemática, as dimensões cognitiva, emocional e pragmática da experiência histórica.

Para desenvolver esse argumento, este artigo, organiza-se em quatro movimentos. Inicialmente, examinam-se os fundamentos do humanismo intercultural e da consciência histórica em Jörn Rüsen, destacando seus pressupostos e os limites decorrentes da reduzida elaboração da dimensão emocional. Em seguida, apresenta-se a filosofia das emoções de Martha Nussbaum como tensionamento da teoria rüseniana. Na sequência, desenvolve-se o diálogo entre ambos os autores a partir dos eixos do humanismo, da relação entre razão e emoções, da consciência histórica, da alteridade e do reconhecimento e da formação humana, evidenciando aproximações, tensões e possibilidades de ampliação conceitual. Por fim, sistematiza-se o conceito de consciência histórica emotiva, explicitando seus elementos constitutivos, sua especificidade em relação à teoria da consciência histórica de Rüsen e suas contribuições para a Teoria da História e a Didática da História.

[3]FAMÍLIA denuncia que congolês foi espancado até a morte no Rio após cobrar salário atrasado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2022. Cotidiano.

O HUMANISMO INTERCULTURAL E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM JÖRN RÜSEN

Jörn Rüsen consolidou-se como uma das principais referências da teoria da história contemporânea ao articular epistemologia, consciência histórica, cultura histórica, aprendizagem histórica e didática da história em uma reflexão voltada para a orientação temporal da vida humana. Sua obra ultrapassa os limites da teoria da história em sentido estrito, propondo uma compreensão da historiografia como prática de produção de sentido capaz de orientar os sujeitos diante das transformações do presente. No Brasil, seu pensamento exerceu ampla influência tanto na teoria da história quanto no campo do ensino de História, especialmente a partir das traduções realizadas por Estevão Martins e do diálogo estabelecido com pesquisadores da Didática da História.

Entre os diversos conceitos desenvolvidos por Rüsen, interessa particularmente ao presente artigo o de humanismo intercultural, por constituir o horizonte normativo a partir do qual sua teoria da consciência histórica procura responder aos desafios colocados pela pluralidade cultural contemporânea. A análise dessa proposta não pretende realizar uma crítica externa à obra do autor, mas desenvolver uma suplementaridade, buscando explicitar limites e potencialidades de sua formulação para pensar a dimensão emocional da consciência histórica.

Em *Formando a consciência histórica: por uma didática humanista da história* (2012), Rüsen sustenta que a didática da história deve responder às demandas da cultura histórica de seu tempo, contribuindo para a orientação histórica dos sujeitos em sociedades marcadas pelo crescente encontro intercultural. Nesse contexto, a consciência histórica deixa de ser apenas uma categoria epistemológica e assume igualmente uma função ética e política, orientando a constituição das identidades e das formas de convivência entre diferentes tradições culturais.

Um dos principais desafios identificados por Rüsen refere-se à crise das formas tradicionais de identidade histórica (Rüsen, 2012, p.20). A fragmentação das identidades nacionais, intensificada pelos processos de globalização e pela ampliação das interações interculturais, exige novos modos de articulação entre pertencimento, diferença e reconhecimento. Sua resposta consiste na formulação de um humanismo intercultural capaz de conciliar a universalidade da dignidade humana com a pluralidade das formas históricas de existência.

Essa formulação representa um deslocamento importante em relação às versões clássicas do humanismo moderno, ao reconhecer que nenhuma cultura pode reivindicar para si o monopólio da humanidade (Rüsen, 2012, p.20). Todavia, a manutenção da dignidade humana como princípio universal continua desempenhando função normativa central em sua teoria. Essa opção teórica preserva um horizonte comum para a orientação histórica, mas também suscita questões acerca dos critérios históricos que fundamentam essa universalidade e das assimetrias produzidas quando categorias formuladas no interior da tradição intelectual europeia assumem pretensão de validade geral.

Não se trata de negar a relevância da proposta de Rüsen, mas de reconhecer a tensão constitutiva entre sua abertura à pluralidade cultural e a permanência de fundamentos universalizantes (Rüsen, 2012, p.21). Essa tensão não invalida sua teoria; ao contrário, constitui precisamente o ponto a partir do qual este artigo pretende desenvolver sua contribuição. Em vez de rejeitar o humanismo intercultural, interessa investigar como ele pode ser ampliado mediante a incorporação sistemática da dimensão emocional da consciência histórica.

Essa questão, torna-se ainda mais significativa quando se observa que o próprio Rüsen reconhece a importância das emoções para o pensamento histórico, particularmente em *Emotional Forces in Historical Thinking* (2008). Entretanto, embora esse reconhecimento represente um avanço importante, as emoções permanecem relativamente periféricas em relação à arquitetura geral de sua teoria da consciência histórica.

Elas são admitidas como elementos relevantes da experiência histórica, mas não integram de maneira sistemática as operações de experiência, interpretação, orientação e motivação que estruturam a consciência histórica. É precisamente essa insuficiência que fundamenta o diálogo desenvolvido com a filosofia das emoções de Martha Nussbaum e conduz à proposição do conceito de consciência histórica emotiva. Se o humanismo de Rüsen tem como fundamental, segundo Maria Auxiliadora Schmidt e Marcelo Fronza (2015), a emancipação e o autoconhecimento a partir do reconhecimento do outro, em que medida o racionalismo, pelo menos sozinho, não é mais suficiente para constituir uma consciência histórica articulada a experiências emotivas?

O HUMANISMO INTERCULTURAL EM JÖRN RÜSEN: FUNDAMENTOS E LIMITES

Convém distinguir algumas categorias que, embora historicamente relacionadas, não se confundem. Neste artigo, entende-se por humanismo renascentista o movimento

intelectual voltado à valorização dos *studia humanitatis* e da dignidade humana; por humanismo moderno, a reformulação dessa tradição a partir da centralidade do sujeito racional e da universalidade da razão; por antropocentrismo, a compreensão segundo a qual o ser humano ocupa posição privilegiada na ordem do mundo; por eurocentrismo, a universalização histórica da experiência europeia como parâmetro de interpretação das demais culturas; e por colonialismo, o processo histórico de dominação política, econômica e epistemológica que contribuiu para consolidar essa centralidade (ARAÚJO et al., 2024). É nesse horizonte que se insere o humanismo intercultural formulado por Jörn Rüsen, concebido como uma tentativa de revisar criticamente a tradição humanista sem abandonar a pretensão de universalidade.

A proposta de Rüsen parte do pressuposto de que toda cultura produz alguma compreensão do que significa ser humano e de que essa compreensão desempenha papel decisivo na constituição de sentido e na orientação da vida prática. Em suas palavras, “em nenhum lugar existe uma cultura na qual alguma ideia do que significa ser humano não desempenhou um papel importante na forma como os humanos constituem sentido e regulam suas vidas cotidianas” (Rüsen, 2012, p. 57). Por essa razão, a humanidade é concebida como o critério último das operações de criação de sentido histórico, articulando uma dimensão empírica - presente nas diferentes experiências históricas - e uma dimensão normativa, relacionada ao princípio da dignidade humana.

Essa formulação representa um esforço de responder aos desafios colocados pela intensificação dos encontros interculturais e pela crise das formas tradicionais de pertencimento. Para Rüsen, a fragmentação das identidades históricas exige um horizonte comum capaz de sustentar o reconhecimento mútuo entre diferentes culturas sem reduzir a pluralidade das experiências humanas (Rüsen, 2012, p.61). O humanismo intercultural procura responder a esse desafio ao articular a universalidade da dignidade humana com a diversidade das formas históricas de vida, fazendo da consciência histórica um espaço de mediação entre identidade, alteridade e orientação prática (Rüsen, 2012, p.60).

Diferentemente das formulações clássicas do humanismo moderno, a proposta de Rüsen reconhece que nenhuma cultura pode reivindicar para si o monopólio da humanidade (Rüsen, 2012, p.66). Seu objetivo consiste em preservar a dignidade humana como princípio normativo comum, sem ignorar a pluralidade histórica das formas de existência. Essa inflexão representa um avanço significativo em relação às concepções

universalistas que identificavam a experiência europeia como modelo exclusivo de civilização.

Entretanto, a própria fundamentação do humanismo intercultural permanece tensionada pela permanência de categorias universalizantes. Ainda que Rüsen considere a diversidade cultural e proponha uma reinterpretação crítica da tradição humanista, sua concepção de orientação histórica permanece ancorada na ideia de uma dignidade humana de caráter universal. A questão que daí decorre não consiste em negar a importância desse princípio, mas em perguntar em que medida os critérios que sustentam essa universalidade permanecem vinculados à tradição intelectual moderna europeia. Em outras palavras, a abertura intercultural proposta por Rüsen convive com uma estrutura normativa cuja legitimidade continua apoiada em categorias produzidas no interior da experiência histórica do Ocidente.

Essa tensão não invalida a proposta de Rüsen. Ao contrário, constitui precisamente o ponto de partida deste artigo. Em vez de rejeitar o humanismo intercultural, interessa investigar de que modo ele pode ser ampliado a partir da incorporação sistemática da dimensão emocional da consciência histórica. As emoções devem ser admitidas como elementos importantes da experiência histórica, embora, para Rüsen, elas não desempenham um protagonismo nas operações de experiência, interpretação, orientação e motivação que estruturam a consciência histórica.

O HUMANISMO INTERCULTURAL COMO REVISÃO CRÍTICA DO HUMANISMO MODERNO

Em, *Em direção a uma nova ideia de humanidade: unidade e diferença de culturas nos encontros de nosso tempo* (2012), Jörn Rüsen aprofunda sua proposta de humanismo intercultural ao enfrentar um dos problemas centrais da contemporaneidade: como sustentar um horizonte comum de humanidade em um mundo marcado pela pluralidade cultural e pelas consequências históricas do colonialismo. Sua proposta não consiste em abandonar a tradição humanista, mas em submetê-la a uma revisão crítica, procurando preservar a dignidade humana como princípio normativo ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade das experiências culturais.

Nesse contexto, a identidade ocupa lugar central. Para Rüsen, a constituição do si mesmo depende da relação com a alteridade, de modo que a identidade cultural não pode ser compreendida como realidade fixa, mas como processo histórico permanentemente tensionado pelos encontros interculturais (Rüsen, 2012, p.43). A globalização intensifica

esse desafio ao deslocar formas tradicionais de pertencimento e produzir novas configurações identitárias, exigindo da consciência histórica formas mais complexas de orientação prática.

Essa formulação representa um deslocamento importante em relação às versões clássicas do humanismo, o que implica reconhecimento que do não monopólio do sentido de humanidade. Em todo caso, sua reflexão não avançou em desmantelar o fundamento normativo, senão aprofundá-lo. Embora Rüsen critique explicitamente o eurocentrismo, o etnocentrismo e as formas coloniais de exclusão, sua tentativa de reconstruir um horizonte universal de humanidade continua apoiada em categorias historicamente elaboradas no interior da tradição intelectual moderna europeia. Isso decorre de sua realidade como intelectual, mas também uma resistência a autocrítica, isto é, do exercício da empatia histórica como possibilidade de mobilizar outras matrizes de pensamento que não puramente ocidentais.

Essa tensão foi destacada por Ana Carolina Barbosa Pereira (2023), ao argumentar que a proposta de Rüsen tende a estabelecer uma falsa horizontalidade entre Ocidente e não Ocidente, atualizando a centralidade da tradição ocidental como referência para a mediação dos conflitos interculturais. A questão não consiste em negar a importância da dignidade humana como princípio normativo, mas em interrogar os pressupostos históricos que sustentam sua pretensão de universalidade e em que medida outras matrizes epistemológicas participam efetivamente dessa construção (Pereira, 2023, p.16).

Sob essa perspectiva, o problema não reside apenas na permanência do universal, mas na maneira como esse universal continua sendo formulado. Ao interpretar determinadas críticas ao Ocidente como expressões de um “etnocentrismo invertido” (Rüsen, 2012, p.46), a formulação de Rüsen aproxima experiências historicamente assimétricas sob um mesmo registro analítico. Como consequência, processos de resistência ao colonialismo e de afirmação de identidades historicamente subalternizadas tendem a ser interpretados a partir de categorias que não distinguem suficientemente as diferentes condições históricas de produção dessas experiências. Entretanto, também indica que essa reconstrução permanece predominantemente organizada por categorias racionais de orientação histórica. A alteridade aparece sobretudo como problema de reconhecimento cognitivo e normativo, permanecendo relativamente pouco elaborada em sua dimensão afetiva.

É precisamente nesse ponto que este artigo propõe um diálogo com Martha Nussbaum (2001). Se as emoções participam da constituição dos julgamentos morais, da imaginação ética e das formas de reconhecimento do outro, elas não podem ocupar um lugar periférico na teoria da consciência histórica. A incorporação sistemática dessa dimensão permite compreender o humanismo intercultural não como um projeto acabado, mas como uma formulação suscetível de suplementação. É nesse sentido que se propõe, nas seções seguintes, o conceito de consciência histórica emotiva, entendido como uma ampliação crítica da teoria da consciência histórica de Jörn Rüsen.

DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA À CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EMOTIVA

Em que consiste, afinal, a consciência histórica? Quais elementos a constituem e tornam possível sua função de orientação da vida prática? A teoria da consciência histórica formulada por Jörn Rüsen representa uma das mais importantes contribuições da teoria da história contemporânea ao compreender a consciência histórica como o conjunto de operações pelas quais os sujeitos articulam experiência, interpretação, orientação e motivação para conferir sentido ao tempo. Este artigo parte dessa formulação, mas sustenta que ela permanece insuficientemente desenvolvida quanto ao papel constitutivo das emoções. A questão que orienta esta seção consiste em compreender se a dimensão emocional não deveria integrar, de maneira sistemática, a própria estrutura da consciência histórica. É a partir dessa hipótese que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva.

No segundo capítulo de *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*, especialmente na seção “Experiência do tempo e autoidentidade”, Rüsen afirma que “a consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária” (Rüsen, 2001, p. 56). Essa definição desloca a história do plano exclusivo da produção acadêmica do conhecimento para compreendê-la como uma forma de orientação temporal da existência humana. A consciência histórica torna-se, assim, a condição pela qual os sujeitos interpretam o passado, compreendem o presente e projetam expectativas em relação ao futuro.

Nessa perspectiva, a consciência histórica não constitui apenas uma faculdade cognitiva voltada à interpretação racional do tempo. Ela organiza a experiência histórica mediante operações de experiência, interpretação, orientação e motivação, permitindo aos sujeitos produzir sentido para sua existência individual e coletiva. A narrativa histórica, a

memória, a formação da identidade e a vida prática encontram, nesse processo, sua principal forma de articulação.

O próprio Rüsen reconhece que a consciência histórica está fundada na capacidade humana de interpretar o mundo para além daquilo que ele se apresenta imediatamente. Em suas palavras, “O homem só pode viver no mundo [...] se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão” (Rüsen, 2001, p. 57).

Essa passagem merece atenção particular. Ao articular ação e paixão, Rüsen reconhece que a constituição de sentido histórico não se reduz ao exercício de operações puramente intelectuais. Entretanto, essa intuição permanece relativamente pouco desenvolvida ao longo da sua teorização. As emoções aparecem como elementos importantes da experiência histórica, mas não ocupam posição constitutiva nas operações fundamentais da consciência histórica.

Se a consciência histórica organiza a experiência temporal mediante operações de experiência, interpretação, orientação e motivação, torna-se necessário reconhecer que essas operações não são exclusivamente cognitivas. A seleção do que merece ser lembrado, a atribuição de relevância ao passado, a construção das narrativas, os julgamentos morais, a constituição da alteridade e a formação das identidades são permanentemente atravessadas por emoções que orientam escolhas, valores e posicionamentos diante do mundo. As emoções não constituem simples consequências da interpretação histórica; elas participam da própria constituição da experiência histórica.

É nesse sentido que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva. Entende-se por consciência histórica emotiva uma forma de orientação temporal em que cognição, emoção e ação prática se articulam de maneira constitutiva na produção de sentido histórico. As emoções deixam de ocupar uma posição periférica para integrar o próprio funcionamento da consciência histórica, influenciando a maneira como os sujeitos interpretam o passado, avaliam acontecimentos, reconhecem o outro e orientam suas ações no presente.

Essa formulação, distingue-se da teoria de Rüsen não por negar a centralidade da racionalidade, mas por compreender que os julgamentos históricos são simultaneamente cognitivos e emocionais. A racionalidade permanece indispensável à interpretação histórica; contudo, ela não opera isoladamente. Emoções como indignação, compaixão,

vergonha, esperança ou solidariedade participam da atribuição de significado às experiências históricas e influenciam diretamente os processos de reconhecimento, responsabilidade e orientação prática.

Nesse contexto, a filosofia das emoções de Martha Nussbaum (2008) oferece instrumentos fundamentais para compreender como os afetos participam da constituição dos julgamentos morais, da imaginação ética e das formas de reconhecimento do outro. É precisamente esse diálogo que será desenvolvido na seção seguinte.

A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EMOTIVA: UMA LEITURA SUPLEMENTAR ENTRE JÖRN RÜSEN E MARTHA NUSSBAUM

Ao demonstrar o papel das emoções na esfera pública em *Poetic Justice*, Martha Nussbaum (1995) sustenta uma concepção de sociedade democrática fundada no reconhecimento da vulnerabilidade humana e na responsabilidade compartilhada diante do sofrimento do outro. Sua proposta não se orienta por um revisionismo destinado a apagar as dores e as marcas da violência histórica; ao contrário, parte da compreensão dessas experiências como condição para a construção de formas coletivas de enfrentamento do trauma, nas quais o sofrimento não seja esquecido ou anulado, mas reconhecido e compartilhado.

É nesse horizonte que se propõe o conceito de consciência histórica emotiva. Trata-se de uma forma de consciência histórica que compreende a produção de sentido histórico como resultado da articulação entre dimensões cognitivas e emocionais. Embora Martha Nussbaum não formule explicitamente esse conceito, sua teoria cognitivo-avaliativa das emoções oferece fundamentos para compreendê-las como julgamentos enraizados em valores, crenças e narrativas historicamente constituídas. Sob essa perspectiva, as emoções não se opõem à racionalidade, mas participam da constituição de uma consciência simultaneamente reflexiva, histórica e emocional, capaz de orientar os sujeitos em suas relações consigo mesmos, com os outros e com o mundo.

A consciência histórica emotiva designa a articulação constitutiva entre experiência histórica, interpretação narrativa, julgamentos avaliativos, reconhecimento da alteridade e orientação prática. Diferentemente de compreender as emoções como efeitos posteriores da interpretação racional, entende-se que elas participam da própria produção de sentido histórico. Atribuir relevância a um acontecimento, construir uma narrativa, elaborar um juízo moral ou reconhecer o sofrimento do outro envolve, simultaneamente, operações cognitivas

e emocionais. Cognição e emoção não constituem esferas concorrentes, mas dimensões mutuamente constitutivas da consciência histórica.

É nessa perspetiva que a filosofia de Martha Nussbaum oferece uma contribuição decisiva. Em *Upheavals of Thought* (2001), a filósofa sustenta que as emoções não são impulsos irracionais ou simples reações fisiológicas, mas julgamentos avaliativos (*evaluative judgments*). Elas expressam aquilo que os sujeitos consideram valioso para sua existência e revelam a maneira como interpretam sua relação com o mundo, com os outros e consigo mesmos. As emoções estão, portanto, diretamente relacionadas à vulnerabilidade humana, às crenças, aos valores e às formas de reconhecimento que estruturam a vida ética e política.

Essa compreensão permite deslocar a reflexão sobre a consciência histórica para além de uma racionalidade exclusivamente interpretativa. Se as emoções participam da constituição dos julgamentos avaliativos, elas também participam da construção das narrativas históricas, da atribuição de significado ao passado e da orientação prática diante do presente. A consciência histórica deixa de ser compreendida apenas como uma operação cognitiva de interpretação temporal para ser entendida como um processo em que razão e emoção se constituem reciprocamente.

Essa perspectiva, em síntese, encontra respaldo na História das Emoções, em que Rob Boddice (2018) afirma que as emoções não constituem apenas efeitos das circunstâncias históricas, mas participam ativamente da produção dos acontecimentos e da própria inteligibilidade histórica. William Reddy (2001) demonstra que as emoções são historicamente reguladas por regimes emotivos, enquanto Barbara Rosenwein (2006) evidencia que elas se organizam em comunidades emotivas que compartilham normas, expectativas e vocabulários afetivos. Essas contribuições reforçam a ideia de que as emoções não são universais nem exclusivamente individuais, mas histórica e culturalmente constituídas. A consciência histórica emotiva incorpora precisamente essa historicidade das emoções, compreendendo que interpretar o passado implica também reconhecer os regimes afetivos que organizam diferentes experiências históricas.

Nesse sentido, a consciência histórica emotiva estrutura-se em cinco dimensões constitutivas: 1) a experiência histórica, entendida como a vivência temporal dos sujeitos; 2) a interpretação narrativa, pela qual essa experiência adquire inteligibilidade; 3) os julgamentos avaliativos, mediante os quais emoções e valores atribuem significado aos

acontecimentos; 4) o reconhecimento da alteridade, que permite compreender a vulnerabilidade e a dignidade do outro; e 5) a orientação prática, responsável por articular memória, responsabilidade e ação histórica. Essas dimensões não operam isoladamente, mas constituem um processo integrado de produção de sentido histórico.

Sob essa perspectiva, desenvolver uma consciência histórica emotiva significa cultivar a capacidade de compreender criticamente as próprias emoções e reconhecer sua historicidade. Emoções como indignação, vergonha, compaixão, medo ou esperança não são apenas respostas individuais aos acontecimentos, mas formas pelas quais sujeitos e coletividades atribuem significado às experiências vividas. Essa compreensão, aproxima-se da proposta de Nussbaum em *Cultivating Humanity* (1997), na qual a formação ética depende do desenvolvimento da imaginação narrativa, da capacidade crítica e do engajamento emocional com perspectivas diferentes. A educação histórica, nesse contexto, não se limita à transmissão de conhecimentos sobre o passado, mas envolve também a formação da sensibilidade moral e da responsabilidade diante da alteridade.

Contudo, sua elaboração atribui maior centralidade às operações cognitivas do que às dimensões emocionais implicadas a produção de sentido histórico. Mesmo em *Emotional Forces in Historical Thinking*, quando reconhece que pensamento e emoção se encontram profundamente entrelaçados, as emoções continuam sendo compreendidas predominantemente como elementos que acompanham ou ampliam a cognição, sem integrar plenamente a estrutura da consciência histórica.

Ainda em *Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning* (2008), embora Rüsen reconheça a importância das emoções para o pensamento histórico, sua abordagem parece privilegiar o léxico afetivo e a dimensão retórica da escrita historiográfica em detrimento de uma elaboração sistemática das emoções como dimensão constitutiva da consciência histórica. Nesse sentido, o que Peter Gay (1990) identificou como estilo na escrita da história; é interpretado por Rüsen como evidência de que historiadores como Ranke, Kant, Herder e Hegel mobilizariam as emoções como força motriz de seu fazer historiográfico. Entretanto, o que se observa nessas escritas é, sobretudo, uma linguagem marcada por atravessamentos religiosos e por uma semântica afetiva de caráter retórico, sem que isso implique, necessariamente, uma reflexão sobre as emoções como capacidade de compreender, interpretar e produzir conhecimento histórico.

Nas palavras de Rüsen, “o pensamento, como procedimento cognitivo, é, naturalmente, diferente dos sentimentos que o acompanham, mas, ainda assim, ambas as dimensões da mente humana estão entrelaçadas em um grau do qual normalmente não temos consciência” (Rüsen, 2008, p. 41). Sua argumentação, contudo, revela uma tensão. Ao mesmo tempo em que distingue as emoções dos procedimentos cognitivos, reconhece a necessidade de considerar uma *transformation of emotions into cognition* (Rüsen, 2008, p. 43), isto é, uma transformação das emoções em cognição que lhes permita participar da produção do conhecimento histórico. Mais adiante, ao afirmar que as emoções “não apenas participam da constituição da cognição, mas tornam possível um tipo de compreensão que a cognição, isoladamente, não consegue produzir” (*not only constitute cognition, but allow for more insight than cognition can ever bring about*) (Rüsen, 2008, p. 43), atribui-lhes um alcance cognitivo próprio, capaz de produzir compreensões que ultrapassam aquelas alcançadas pela racionalidade estritamente analítica.

Todavia, quando as emoções parecem adquirir maior protagonismo em sua argumentação, como na afirmação de que “as emoções abrem o campo do passado” (*Emotions open up the realm of the past)* (Rüsen, 2008, p. 44), elas voltam a ser situadas predominantemente no plano estético e retórico. Desse modo, embora suas reflexões revelem uma abertura importante para reconhecer a relevância das emoções na compreensão histórica, sua elaboração teórica tende a mantê-las em posição subsidiária em relação à racionalidade. Em outras palavras, as emoções são concebidas como capazes de ultrapassar os limites da cognição, mas não chegam a constituir um princípio autônomo da própria consciência histórica.

Essa compreensão, torna-se evidente quando Rüsen afirma que “a cognição tem limites, e a emoção pode transgredi-los” (*cognition has limits and emotion can transgress them)* (Rüsen, 2008, p. 45). Nessa perspectiva, as emoções permanecem vinculadas ao movimento interpretativo que conduz do “pré-cognitivo da experiência” (*precognitive meaning)* às características cognitivas (*cognitive features)* da interpretação histórica (Rüsen apud Freire Junior, 2023, p. 44), sem que sua dimensão cognitivo-avaliativa seja plenamente integrada à estrutura da consciência histórica.

A leitura proposta neste artigo procura deslocar essa relação. Em vez de compreender as emoções como dimensão acessória da racionalidade histórica, entende-se que elas participam constitutivamente da experiência, da interpretação, da orientação e da motivação dos sujeitos. Não se trata de substituir a razão pelas emoções, nem de

estabelecer uma oposição entre ambas, mas de reconhecer que toda consciência histórica é simultaneamente cognitiva, emocional e prática. É precisamente essa articulação que permite fundamentar o conceito de consciência histórica emotiva como uma ampliação do humanismo intercultural de Jörn Rüsen, incorporando de maneira sistemática a vulnerabilidade, o reconhecimento e a alteridade como dimensões constitutivas da produção de sentido histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido neste artigo permitiu sustentar que a dimensão emocional ocupa um lugar constitutivo na produção de sentido histórico e que sua elaboração sistemática amplia as possibilidades explicativas da teoria da consciência histórica formulada por Jörn Rüsen. Advogamos que ainda que *Emotional Forces in Historical Thinking* represente um esforço de incorporar as emoções à reflexão histórica, elas permanecem subordinadas aos demais elementos que estruturam a teoria de Rüsen. Foi precisamente a partir dessa lacuna que se desenvolveu o diálogo com a filosofia das emoções de Martha Nussbaum, compreendida não como contraposição à teoria rüseniana, mas como possibilidade de sua suplementação crítica.

Nesse sentido, propôs-se o conceito de consciência histórica emotiva, entendido como uma forma de orientação temporal em que experiência, interpretação narrativa, julgamentos avaliativos, reconhecimento da alteridade e ação prática constituem dimensões inseparáveis da produção de sentido histórico. Essa formulação procura evidenciar que razão e emoção não estabelecem uma relação de oposição ou subordinação, mas participam conjuntamente da constituição da consciência histórica e da formação dos sujeitos.

A partir dessa perspectiva, a consciência histórica emotiva oferece pelo menos quatro contribuições para a teoria da história e para a didática da história. Em primeiro lugar, amplia a compreensão da consciência histórica ao integrar sistematicamente a dimensão emocional às operações de experiência, interpretação, orientação e motivação. Em segundo lugar, reforça a centralidade do reconhecimento da alteridade como fundamento da aprendizagem histórica e da formação ética. Em terceiro lugar, aproxima a teoria da consciência histórica das contribuições da História das Emoções, compreendendo que os afetos são histórica e culturalmente constituídos. Por fim, oferece um horizonte conceitual

para pensar processos formativos comprometidos com a dignidade humana, a responsabilidade histórica e a construção de uma cultura democrática sensível às experiências de violência, exclusão e desumanização.

O assassinato de Moïse Kabagambe, que abriu este artigo, evidencia precisamente a insuficiência de uma racionalidade histórica incapaz de reconhecer que a violência também se produz e se reproduz por meio de regimes afetivos, narrativas e formas de desumanização socialmente compartilhadas. A consciência histórica emotiva procura responder a esse desafio ao compreender que interpretar o passado implica igualmente desenvolver capacidades de reconhecimento, imaginação ética e responsabilidade diante do sofrimento do outro.

Por fim, esta proposta não pretende encerrar o debate, mas abrir novas possibilidades de investigação acerca das relações entre teoria da história, filosofia das emoções, humanismo intercultural e didática da história. Mais do que oferecer um conceito acabado, a consciência histórica emotiva constitui uma hipótese teórica que busca ampliar as possibilidades de compreensão da experiência histórica contemporânea, convidando a novos diálogos sobre as dimensões cognitivas, emocionais e éticas que constituem a produção de sentido histórico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André de Melo; DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; MACHEL, Marília de Azambuja Ribeiro; RODRIGUES, Rui Luis (org.). *A época moderna*. Petrópolis: Vozes, 2024.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

BLUMENBERG, Hans. *Teoría del mundo de la vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BODDICE, Rob. *The history of emotions*. Manchester: Manchester University Press, 2018.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FREIRE JUNIOR, J. J. A presença da afetividade na formação histórica: sentido, sensibilidade e sentimento. *Tempos Históricos*, Cascavel, v. 27, n. 2, p. 95–126, 2023.

FRONZA, Marcelo; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Contribuições de Jörn Rüsen para a didática da história na perspectiva do humanismo. In: RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Curitiba: WA Editores, 2015.

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MCCLURE, Barbara. *Emotions: Problems and Promise for Human Flourishing*. Waco: Baylor University Press, 2019.

NEPOMUCENO, Luiz André. A modernidade da História nas raízes do humanismo. *OPSIS*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 151–165, 2005.

NUSSBAUM, Martha C. *Poetic Justice: The Literary Imagination and Public Life*. Boston: Beacon Press, 1995.

NUSSBAUM, Martha C. *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

NUSSBAUM, Martha C. *Upheavals of Thought: The Intelligence of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NUSSBAUM, Martha C. *Paisajes del pensamiento: la inteligencia de las emociones*. Barcelona: Paidós, 2008.

NUSSBAUM, Martha C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Redimensionando: uma forma de “leitura crítica” aplicada à *Historik* de Jörn Rüsen. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, 2023.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriela. Para uma crítica da consciência pelos afetos: o ensino de História como desafio de uma aprendizagem das relações. *Revista História Hoje*, v. 12, n. 26, 2023.

REDDY, William M. *The Navigation of Feeling: A Framework for the History of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ROSENWEIN, Barbara H. *Emotional Communities in the Early Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning. *Historein*, v. 8, p. 41–53, 2008.

RÜSEN, Jörn; LAASS, Henner (org.). *Humanism in Intercultural Perspective: Experiences and Expectations*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2009.

RÜSEN, Jörn. Formando a consciência histórica: por uma didática humanista da história. *Antíteses*, Londrina, v. 5, n. 10, p. 519–536, 2012.

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e didática da história*. Curitiba: WA Editores, 2015.

RÜSEN, Jörn. *Humanism: Foundations, Diversities, Developments*. London: Routledge, 2021.